



1 Conjuntura Socioeconômica

1.1 Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda, segurança pública e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2 Cenário Econômico Nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho, índice de gini, segurança pública e saneamento.

Produto Interno Bruto Nacional

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo. É o somatório dos valores gerados pelos três setores que compõem a economia – Agropecuária, Indústria e Serviços.

O PIB do Brasil em 2014 apresentou uma variação positiva de 0,1% em relação a 2013, mantendo-se praticamente estável. No acumulado do ano ele totalizou R\$ 5.521,3 bilhões em valores correntes. Considerando o valor adicionado das atividades no ano, a Agricultura registrou R\$ 262,3 bilhões, a Indústria R\$ 1.104,7 bilhões e os Serviços R\$ 3.449,8 bilhões.

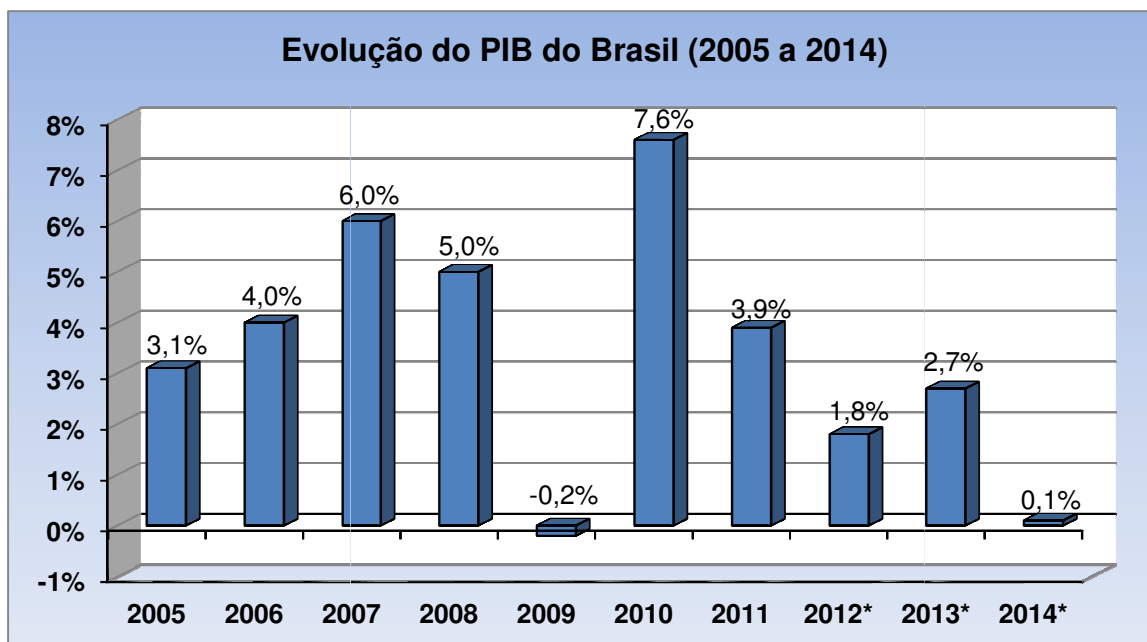
O PIB *per capita*, definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano, alcançou R\$ 27.229 (em valores correntes) em 2014.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2005 e 2014¹.

¹ Com a publicação do SNA 2008, foram introduzidas algumas modificações conceituais que impactaram os resultados dos agregados econômicos em geral e, especificamente, do Produto Interno Bruto - PIB.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

A estabilidade do PIB em 2014 (aumento de 0,1% em relação a 2013) resultou da variação positiva de 0,2% do Valor Adicionado a preços básicos e do recuo de 0,3% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O recuo dos impostos reflete, principalmente, a redução em volume de 4,7% do Imposto de Importação e de 1,7% do Imposto sobre produtos Industrializados, decorrente, em grande parte, do desempenho negativo da indústria de transformação. O resultado do Valor Adicionado refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (0,4%), Indústria (-1,2%) e Serviços (0,7%).

Taxa de Investimento

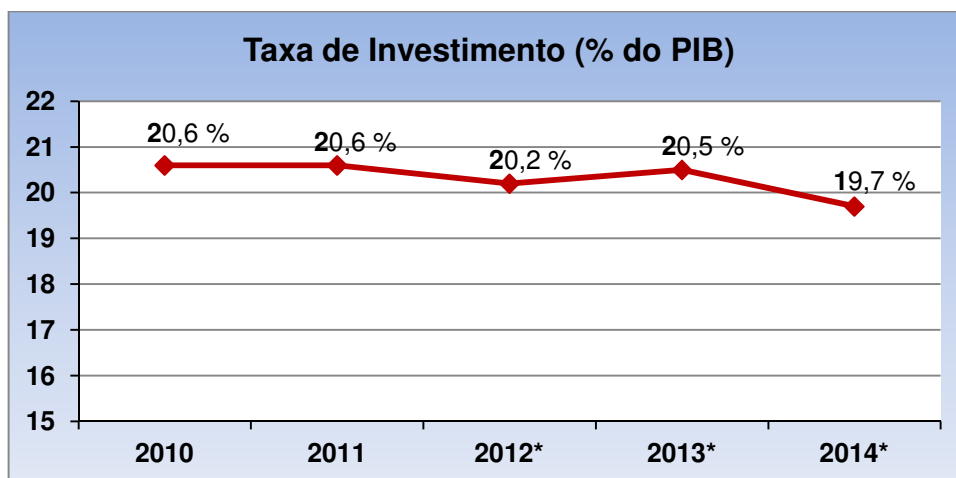
Outro indicador relevante é a Taxa de Investimento. Ela é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa os acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados a cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

O gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2010 e 2014.

Em 2011, o IBGE iniciou os trabalhos de concepção e compilação do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010. Em função do trabalho de implantação da série do referido sistema, no período de 2010 a 2014 os resultados das Contas Nacionais Trimestrais valeram como informações oficiais. Com a divulgação dos resultados anuais definitivos para os anos de 2010 e 2011 da série do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, as séries das Contas Nacionais Trimestrais são agora revisadas em todos os trimestres dos anos de 2012 e 2013, além dos três primeiros trimestres de 2014. Ademais, as séries trimestrais (referência 2010) foram retropoladas até 1995.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2014 foi de 19,7% do PIB, apresentando uma queda em relação a 2013 e à tendência dos últimos quatro anos.

1.3 Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

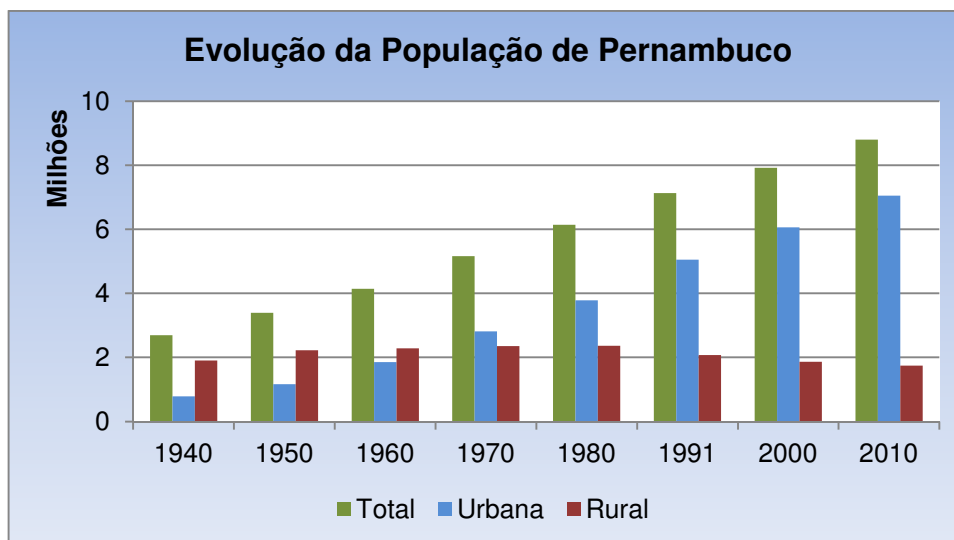
Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população de Pernambuco estimada para 2014 foi de 9.277.727 habitantes.

1.3.2 Produto Interno Bruto de Pernambuco

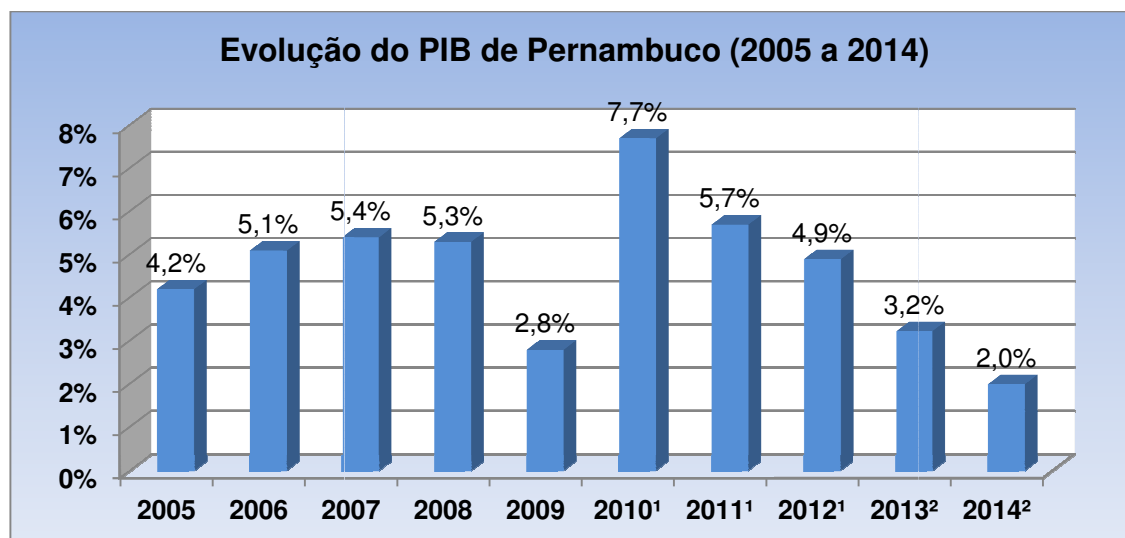
A economia pernambucana apresentou uma taxa de crescimento de 2,0%² do seu PIB em 2014, menor que a registrada no ano anterior, 3,2%², porém maior que a registrada no País, 0,1%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2014, em valores correntes, totalizou R\$ 140,2 bilhões².

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento do PIB estadual de 2005 até 2014:

² Dados preliminares do Sistema de Contas Trimestrais de Pernambuco, sujeitos a alteração. Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (1) Dados preliminares do Sistema de Contas Regionais, sujeitos a alterações;

(2) Dados preliminares do Sistema de Contas Trimestrais de Pernambuco, sujeitos a alterações.

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, o crescimento de 2,0% do PIB em 2014 foi decorrente do crescimento de 1,5% na indústria, 2,3% nos serviços e de 2,5% no setor agropecuário.

O quadro e o gráfico a seguir retratam a evolução da participação percentual das atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) no 'valor adicionado bruto a preços básicos - VAB' de Pernambuco no período de 2003 a 2012.

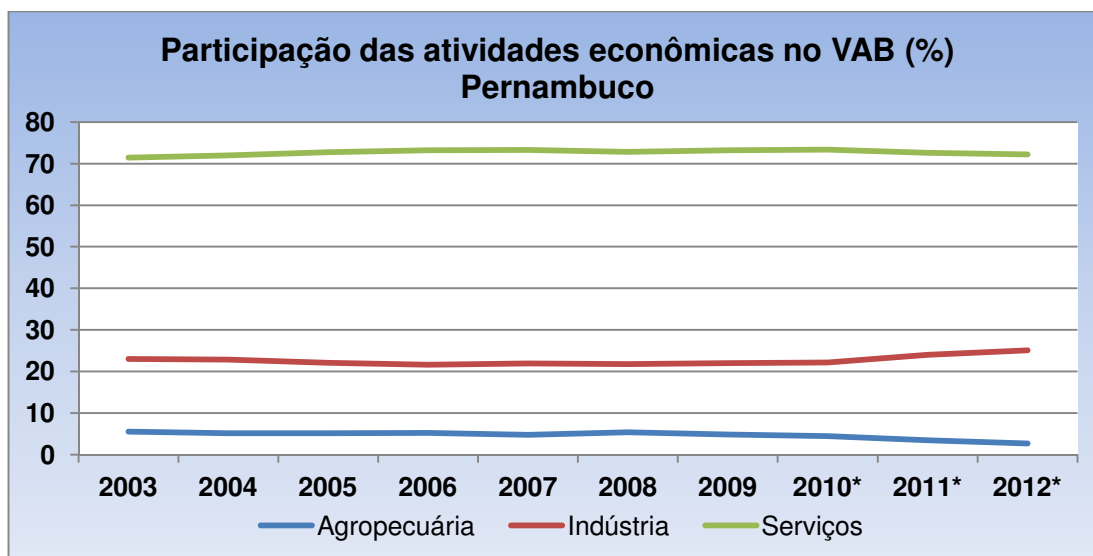
Participação das atividades econômicas no VAB (%) - Pernambuco										
Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*	2012*
Agropecuária	5,53	5,12	5,13	5,19	4,77	5,38	4,82	4,49	3,45	2,70
Indústria	23,03	22,88	22,10	21,63	21,95	21,80	21,98	22,14	23,99	25,12
Serviços	71,44	72,00	72,77	73,18	73,28	72,82	73,20	73,37	72,56	72,18
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM
(*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.

A partir da série histórica observa-se que o setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário. Em 2012 o setor de serviços correspondeu a 72,18% do VAB, o industrial a 25,12% e o agropecuário a 2,70%. Comparando 2012 com 2011, percebe-se um crescimento na participação do setor industrial e uma leve queda na participação dos setores de serviços e agropecuário.

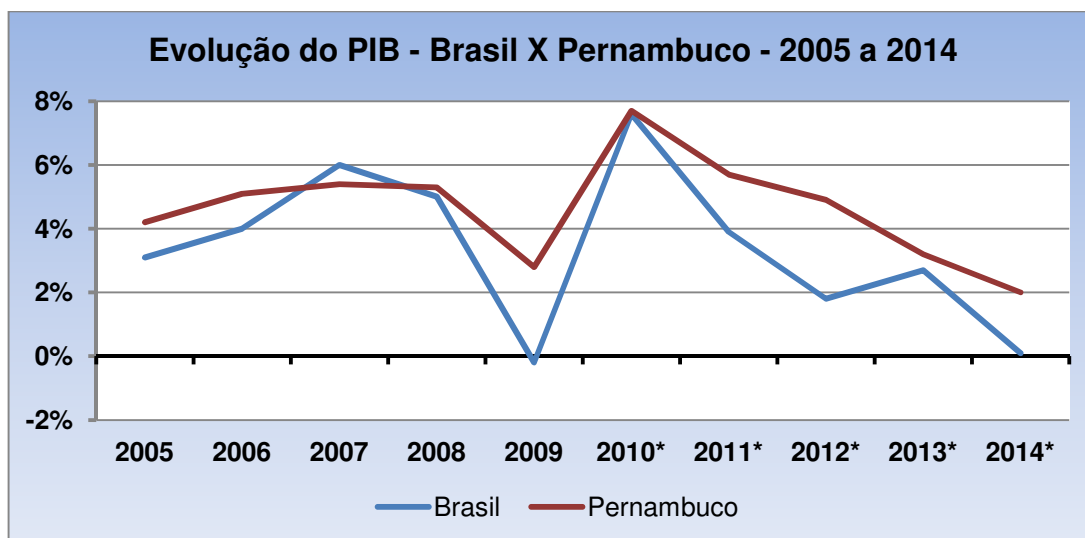
O quadro e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2005 a 2014.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2005	3,1	4,2
2006	4,0	5,1
2007	6,0	5,4
2008	5,0	5,3
2009	-0,2	2,8
2010	7,6	7,7
2011	3,9	5,7
2012	1,8	4,9
2013	2,7	3,2
2014	0,1	2,0

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

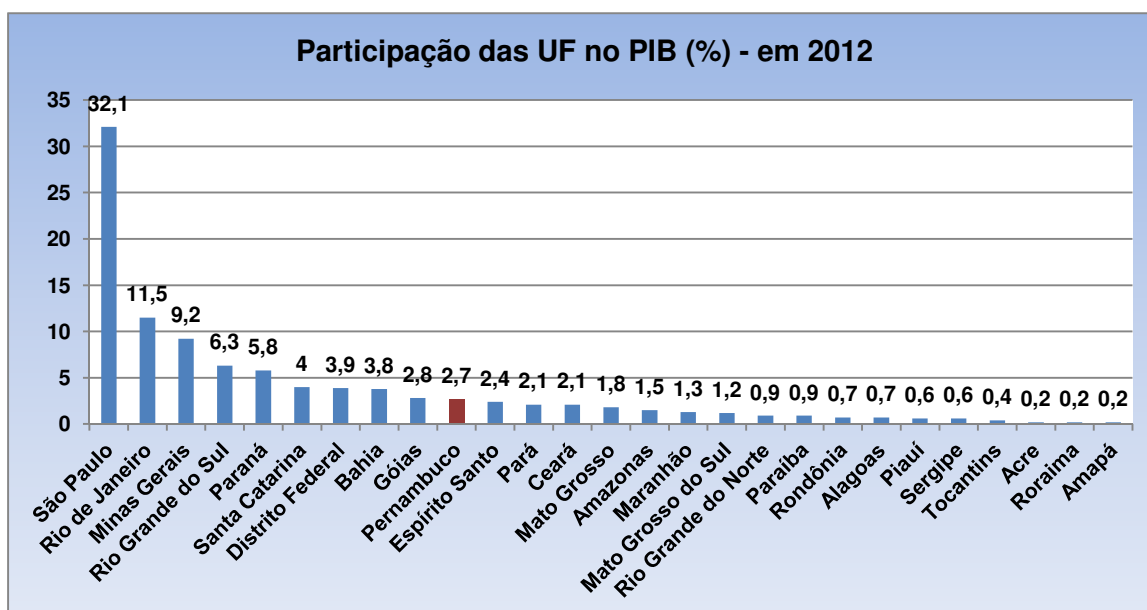


Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que desde 2005, com exceção de 2007, a economia pernambucana apresenta taxa de crescimento superior a da economia nacional. Com relação a 2014, a taxa de crescimento do PIB pernambucano ficou em 2,0%, enquanto que a nacional apenas 0,1%.

A seguir temos a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2012, conforme dados obtidos no BDE – Base de dados do Estado, elaborado pela Agência CONDEPE/FIDEM.



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Pernambuco ocupou a décima posição no ranking, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal, Bahia e Goiás. Houve uma melhora da representatividade de Pernambuco no cenário econômico brasileiro, tendo em vista sua participação no PIB nacional ter passado de 2,5%, em 2011, para 2,7%, em 2012.

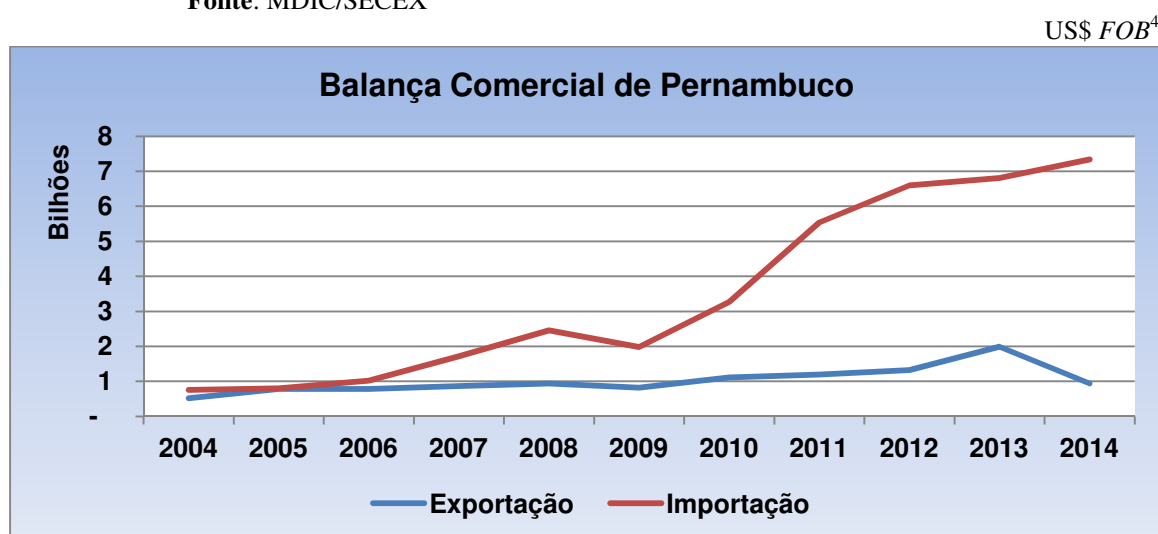
1.3.3 Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2004 e 2014.

US\$ FOB³

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2004	517.549.058	758.772.618	-241.223.560
2005	786.051.283	805.932.904	-19.881.621
2006	781.045.999	1.024.744.738	-243.698.739
2007	870.556.751	1.720.081.692	-849.524.941
2008	937.633.054	2.460.591.948	-1.522.958.894
2009	823.971.896	1.981.372.106	-1.157.400.210
2010	1.112.502.063	3.272.666.080	-2.160.164.017
2011	1.198.969.467	5.534.266.161	-4.335.296.694
2012	1.319.976.345	6.595.543.914	-5.275.567.569
2013	1.991.530.707	6.811.441.973	-4.819.911.266
2014	943.811.567	7.337.140.863	-6.363.329.296

Fonte: MDIC/SECEX



Fonte: MDIC/SECEX

³ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)

⁴ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



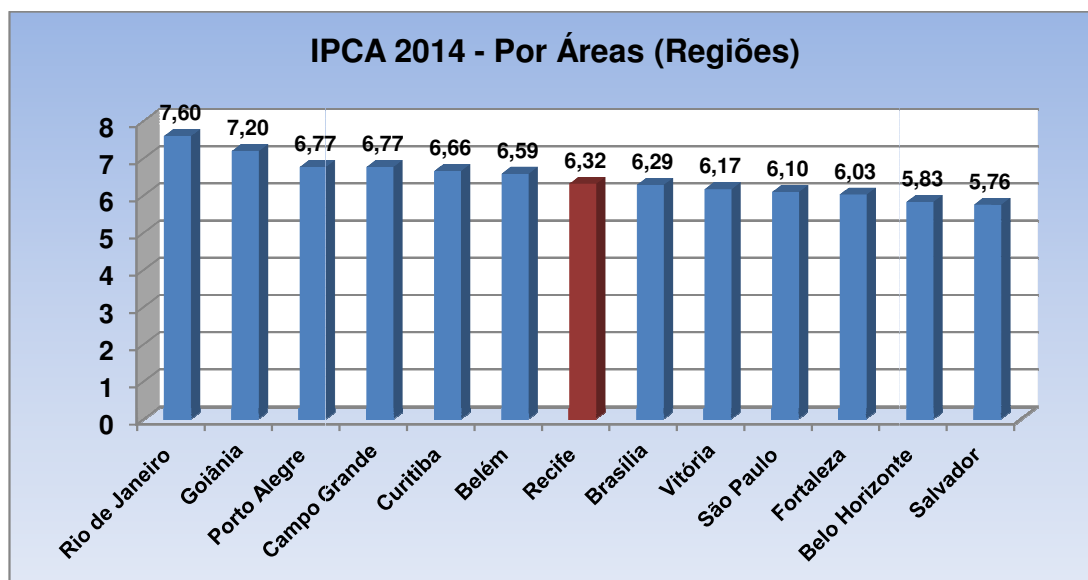
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Em 2014 seu déficit foi da ordem de US\$ 6,39 bilhões, superior ao de 2013 que foi de aproximadamente US\$ 4,82 bilhões.

1.3.4 Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”⁵.

O IPCA é calculado de forma contínua e sistemática para as áreas referentes às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Vitória, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2014.



Fonte: IBGE (Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor)

Verifica-se que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que apresentou o maior índice de inflação em 2014 dentre as regiões pesquisadas, a saber: 7,60%.

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 6,32% em 2014, inferior ao índice de 6,86% apurado em 2013.

⁵ O Decreto Federal nº3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.

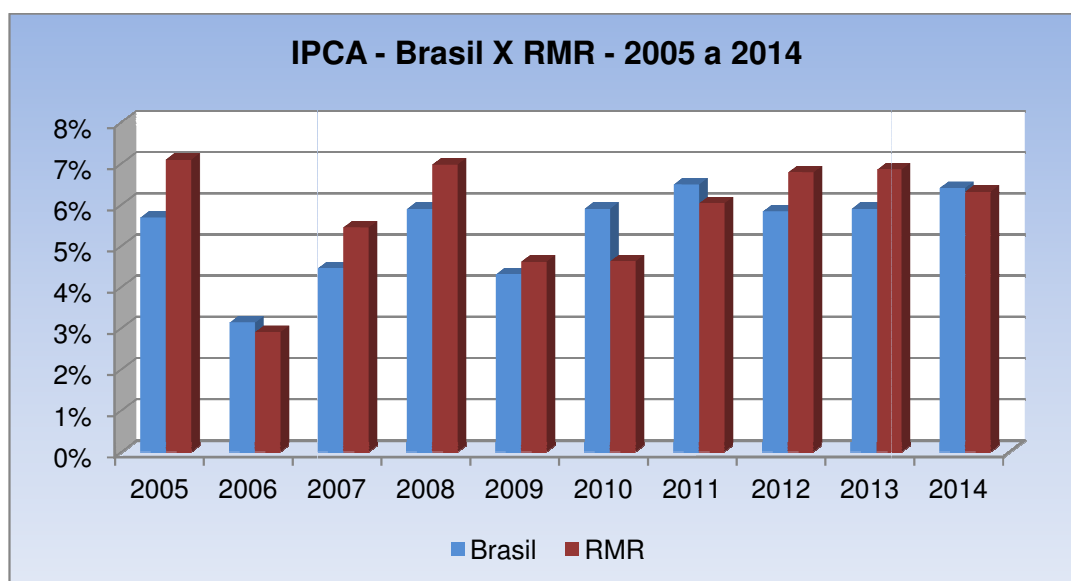


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2005 a 2014.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2005	5,69%	7,10%
2006	3,14%	2,91%
2007	4,46%	5,45%
2008	5,90%	6,98%
2009	4,31%	4,62%
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2011 para o Brasil, apresentando taxa de 6,50%, e em 2005 para a RMR, apresentando taxa de 7,10%. Verifica-se ainda que o aumento crescente do IPCA na RMR, registrado desde 2009, foi interrompido em 2014, ano em que o referido índice (6,32%) foi inferior ao índice nacional (6,41%).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

1.3.5 Mercado de Trabalho

1.3.5.1 Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil gerou 396.993 empregos formais no ano de 2014. A Região Nordeste foi responsável pela geração de 99.522 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 25,07% do total gerado a nível nacional.

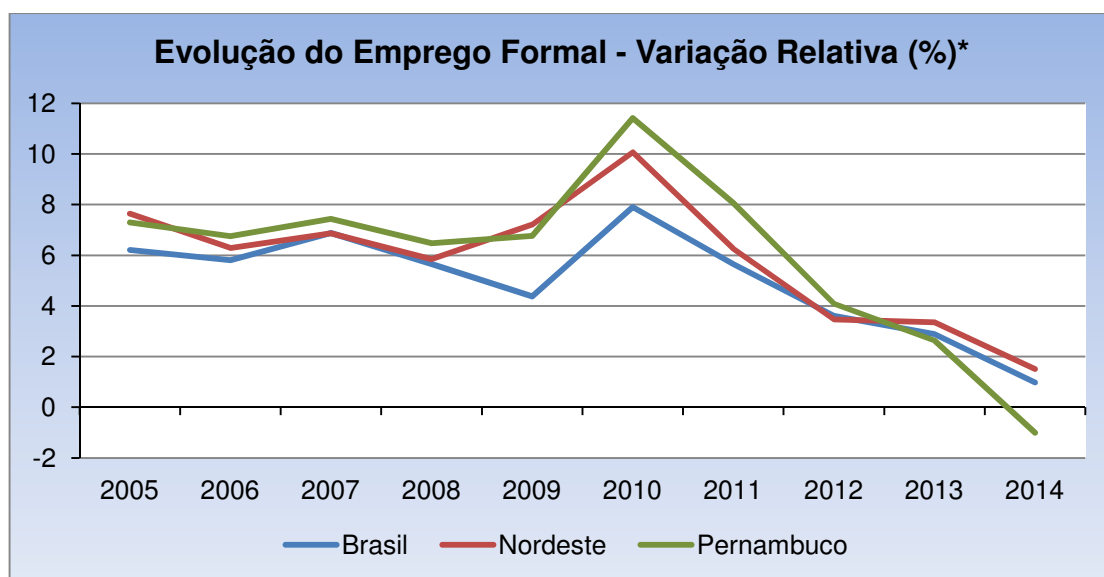
O estado de Pernambuco apresentou uma perda de 13.793 empregos formais em 2014.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2005 e 2014.

Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2005	6,21	7,64	7,3
2006	5,8	6,29	6,75
2007	6,88	6,87	7,43
2008	5,65	5,84	6,47
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED

Nota: *Com ajustes



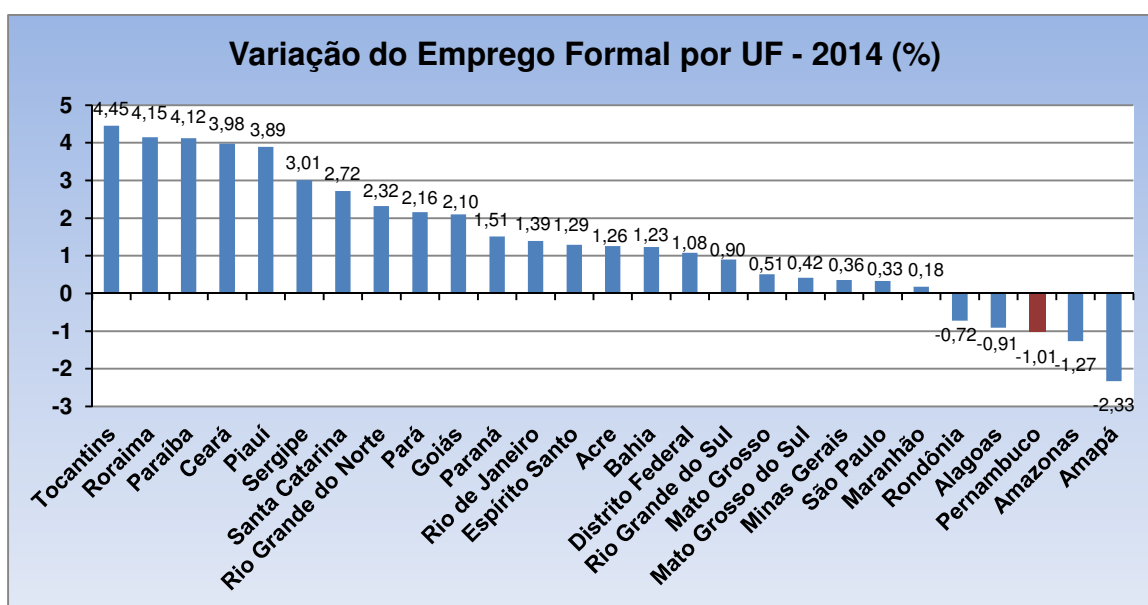
Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Observa-se que no período entre 2005 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, apresentando em 2014 uma taxa negativa de -1,01%. Registra-se que a partir de 2011 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, atingindo em 2014 os menores valores da série histórica.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2014.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2014 as admissões superaram os desligamentos em quase todas unidades da federação, à exceção de Rondônia, Alagoas, Pernambuco, Amazonas e Amapá. Observa-se que Pernambuco ocupou a 25ª posição no ranking nacional em 2014, piorando sua posição em relação a 2013, quando ocupou a 21ª posição.

1.3.5.2 Desemprego

O desemprego no Brasil é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego – PME nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desocupação Total, que corresponde ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e no Distrito Federal. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desemprego Total.

Os referidos institutos de pesquisa utilizam critérios diferentes para medição do desemprego. Enquanto a pesquisa do IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, a pesquisa do DIEESE utiliza o critério de desemprego total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto⁶.

A tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as taxas de desocupação das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE no período entre 2005 e 2014:

Taxa de Desocupação, por Regiões Metropolitanas (em %)*							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2005	9,9	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4
2006	10,0	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0
2007	9,3	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3
2008	7,9	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9
2009	8,1	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6
2010	6,7	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5
2011	6,0	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5
2012	5,5	6,0	7,2	4,4	5,0	6,0	4,0
2013	5,4	6,4	8,1	4,2	4,5	5,9	3,5
2014	4,8	6,5	9,0	3,7	3,5	5,0	3,8

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: *Média das estimativas mensais

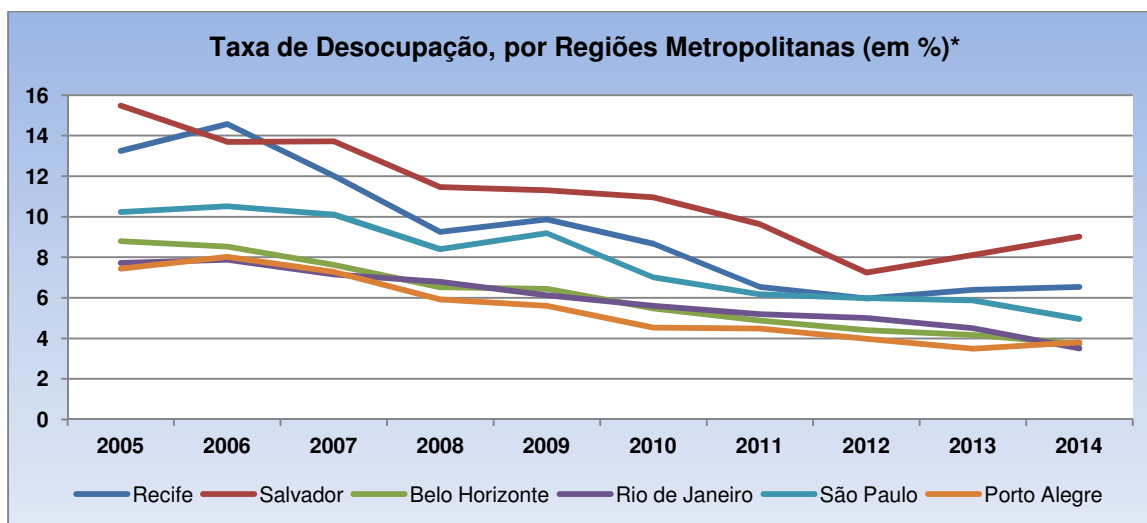
⁶ **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: *Média das estimativas mensais

Observa-se que ao longo dos últimos dez anos houve uma trajetória de queda na taxa de desocupação para todas as regiões metropolitanas pesquisadas, havendo, entretanto, uma reversão dessa tendência nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Porto Alegre nos últimos anos. As taxas de desocupação nestas duas regiões metropolitanas passaram, no período de 2012 a 2014, de 6% para 6,5%, em Recife, 7,2% para 9,0%, em Salvador, e no período de 2013 a 2014, de 3,5% para 3,8%, em Porto Alegre.

Com relação à taxa de desemprego pesquisada pelo DIEESE, a tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Fortaleza e o Distrito Federal para o período de 2005 a 2014.

Taxa de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005 a 2014 (%)							
Ano	Recife	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	São Paulo	Fortaleza
2005	22,3	16,7	19,0	14,5	24,4	16,9	-
2006	21,3	13,8	18,8	14,3	23,6	15,8	-
2007	19,7	12,2	17,7	12,9	21,7	14,8	-
2008	19,6	9,8	16,6	11,2	20,3	13,4	-
2009	19,2	10,3	15,8	11,1	19,4	13,8	11,4
2010	16,2	8,4	13,6	8,7	16,6	11,9	9,4
2011	13,5	7,0	12,4	7,3	15,3	10,5	8,9
2012	12,0	5,1	12,3	7,0	17,7	10,9	8,9
2013	13,0	6,9	-	6,4	18,3	10,4	8,0
2014	12,4	-	-	5,9	17,4	10,8	7,6

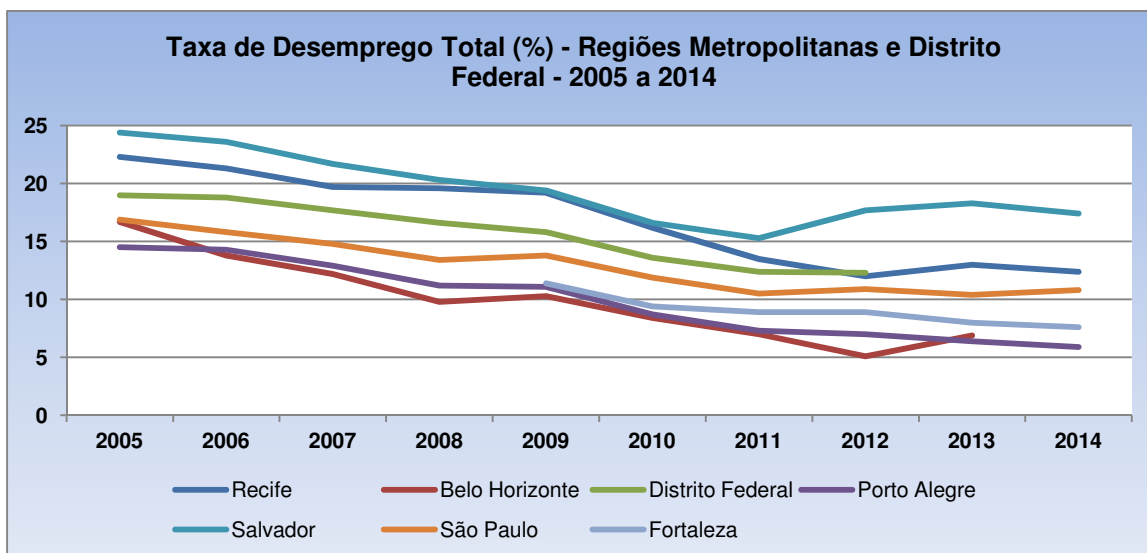
Fonte: DIEESE

Nota: A pesquisa em Fortaleza teve início em 2009. Não há informações a respeito da taxa de desemprego total da região metropolitana e Belo Horizonte referente ao ano de 2014 e do



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Distrito Federal referente aos anos de 2013 e 2014, até o término da elaboração do presente relatório.



Fonte: DIEESE

Verifica-se que as taxas de desemprego medidas pelo DIEESE são maiores que as medidas pelo IBGE. Como dito anteriormente, o conceito dado pelo DIEESE para esse indicador é mais abrangente que o dado pelo IBGE.

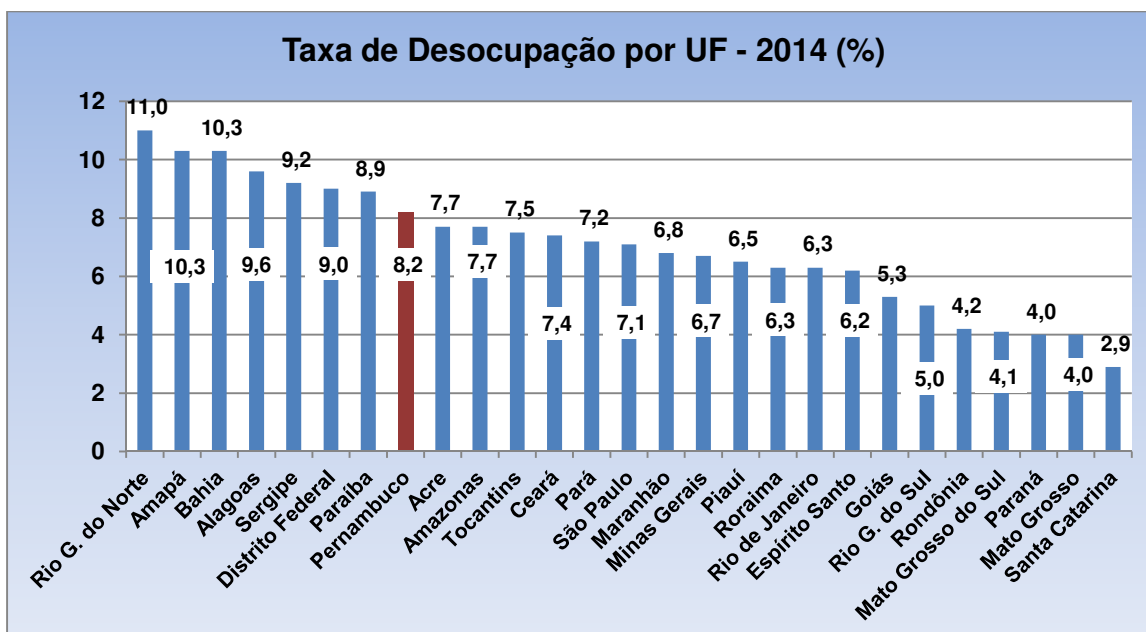
Assim como observado em relação à taxa de desocupação medida pelo IBGE, verifica-se uma tendência de queda na taxa de desemprego para todas as regiões metropolitanas acompanhadas pela pesquisa do DIEESE no período retratado. Observa-se ainda que entre os anos de 2012 e 2013 as regiões metropolitanas de Recife e Belo Horizonte reverteram essa tendência de queda, fato já evidenciado em 2011 na região metropolitana de Salvador. Em 2014, as regiões metropolitanas de Recife e Salvador voltaram a apresentar diminuição na taxa de desocupação, fato não observado na região metropolitana de São Paulo.

Verifica-se que as maiores taxas para ambos indicadores no período retratado foram observadas na RMR de Salvador, seguida da RMR do Recife.

Além da Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE, o referido órgão também realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Por meio desta última foi obtida a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as unidades da federação, ano 2014, conforme gráfico a seguir.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, PNAD Contínua – Trimestre: janeiro a março 2015 – Dados referentes à média anual do ano de 2014.

A taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco foi de 8,2% em 2014. Observa-se que Pernambuco ocupou a oitava pior posição no ranking nacional, ficando também acima da média nacional que foi de 6,8%

1.3.5.3 Rendimento

Por meio da Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE é obtido o “rendimento médio real habitual da população ocupada, por região metropolitana”. Tal pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Seguem tabela e gráfico demonstrando as médias anuais do referido indicador nas regiões metropolitanas pesquisadas no período de 2005 a 2014:

Em R\$ 1,00

Rendimento Médio Real - 2005 a 2014 - Regiões Metropolitanas *							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2005	1.585,08	1.150,69	1.230,30	1.415,40	1.587,35	1.763,83	1.482,66
2006	1.647,78	1.205,13	1.296,91	1.471,89	1.630,75	1.853,26	1.532,12
2007	1.700,36	1.237,23	1.330,01	1.525,26	1.725,29	1.887,29	1.596,85
2008	1.758,09	1.220,12	1.419,19	1.595,45	1.815,74	1.931,88	1.637,07
2009	1.813,88	1.207,35	1.468,10	1.660,72	1.874,34	1.992,85	1.711,57
2010	1.881,96	1.353,04	1.533,98	1.754,08	2.004,88	2.001,38	1.824,05
2011	1.933,04	1.384,41	1.613,44	1.832,58	2.103,49	2.014,97	1.871,58
2012	2.012,15	1.489,89	1.658,55	1.974,82	2.123,33	2.121,74	1.918,86
2013	2.049,35	1.500,82	1.545,91	1.991,54	2.205,31	2.163,24	2.018,86

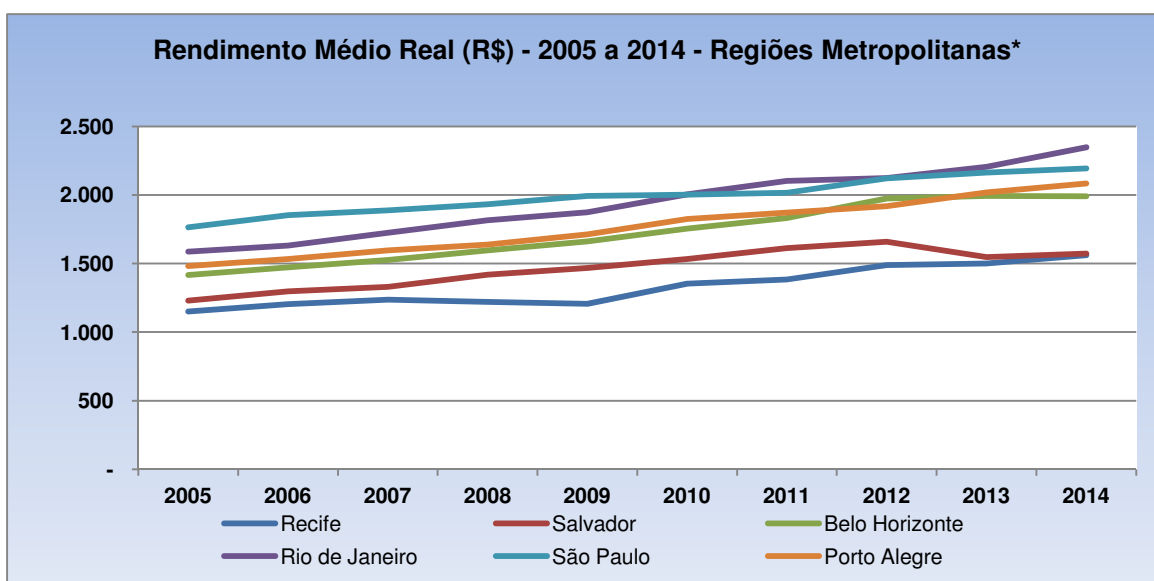


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Rendimento Médio Real - 2005 a 2014 - Regiões Metropolitanas *							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2014	2.104,16	1.562,21	1.572,23	1.989,73	2.346,50	2.192,43	2.084,71
Variação (%) 2014 - 2005	32,75%	35,76%	27,79%	40,58%	47,83%	24,30%	40,61%

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME – Dezembro 2014

Nota: *Rendimento médio real habitual da população ocupada, a preços de dezembro de 2014. Médias das estimativas mensais.



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME – Dezembro 2014

Nota: *Rendimento médio real habitual da população ocupada, a preços de dezembro de 2014. Médias das estimativas mensais.

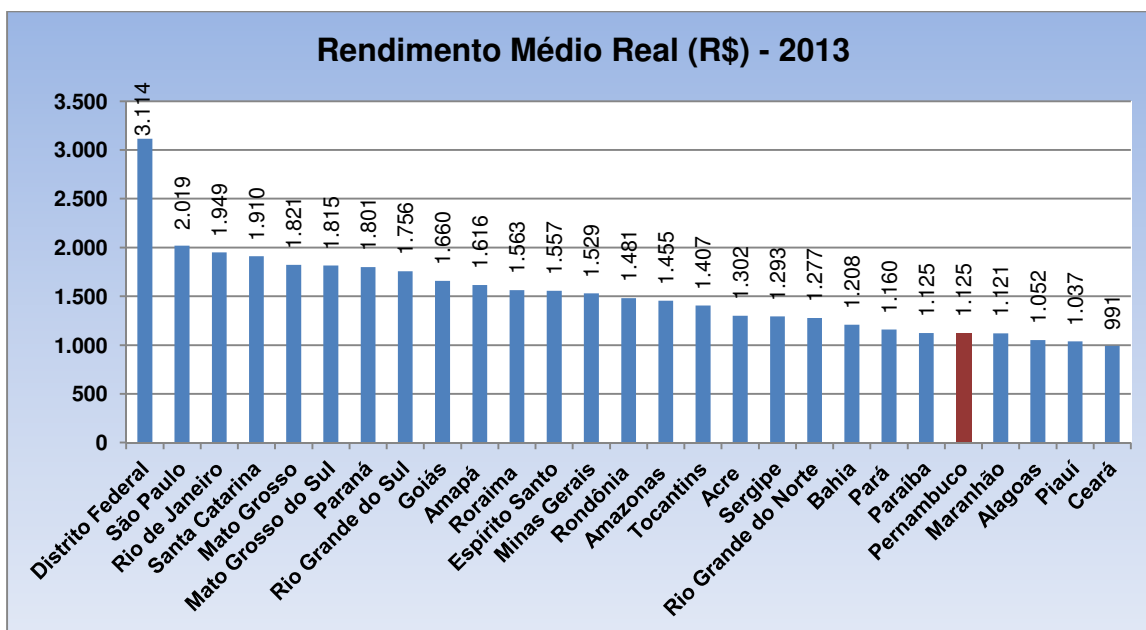
Observa-se o crescimento do rendimento médio real no período retratado em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, à exceção de Salvador que apresentou entre 2012 e 2013 um decréscimo no rendimento médio, voltando a crescer em 2014. Na Região Metropolitana do Recife – RMR, o crescimento no período de 2005 a 2014 foi constante, apresentando um incremento de 35,76%, ficando abaixo do crescimento verificado nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (47,83%), de Porto Alegre (40,61%), e de Belo Horizonte (40,58%).

Verifica-se ainda que em todo o período retratado o rendimento médio real habitual da população ocupada na RMR foi o menor dentre todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Em 2014 o referido indicador na RMR foi de R\$ 1.562,21.

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2013, também realizada pelo IBGE, foi obtido o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por unidade da federação, ano 2013, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2013

Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2013.

Observa-se que Pernambuco não está bem posicionado no ranking nacional, ocupando a 23ª posição, com rendimento médio real em 2013 de R\$ 1.125,00, ficando abaixo da média nacional (R\$.1.651,00) e de diversas unidades da federação, conforme ilustrado no gráfico anterior.

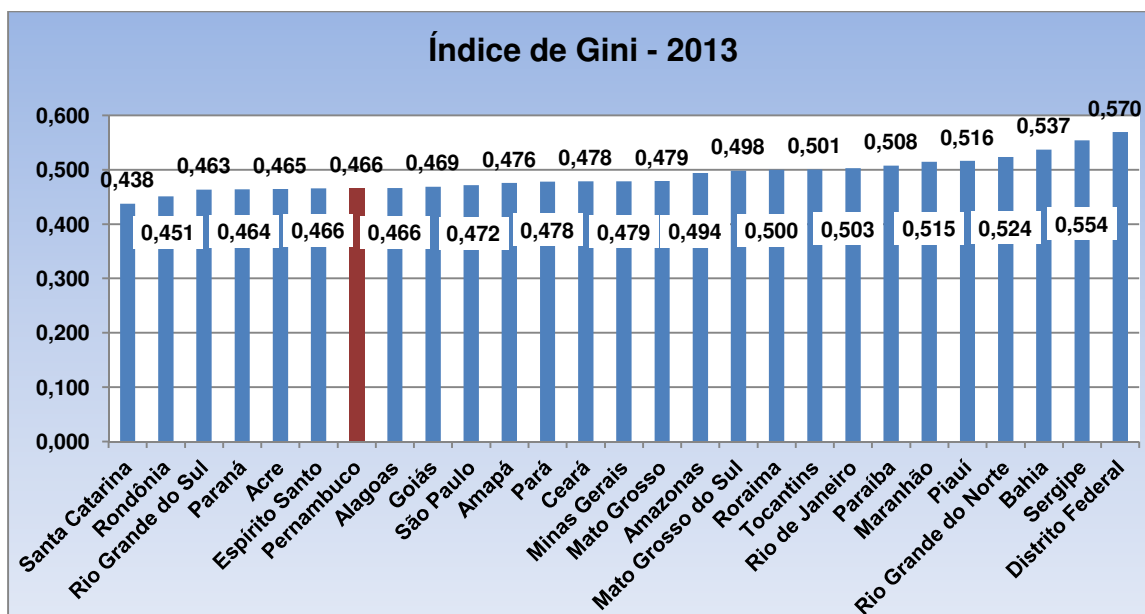
1.3.6 Índice de Gini

O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

O gráfico a seguir representa o Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Unidades da Federação, ano 2013, obtido por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Considerando que quanto maior o índice maior a desigualdade de renda, Pernambuco está bem posicionado no ranking nacional, com índice de gini correspondente a 0,466, inferior ao índice nacional (0,501) e superior aos dos estados de Santa Catarina, Rondônia, Rio Grande do Sul, Paraná, Acre e Espírito Santo. Registra-se que, comparativamente ao ano de 2012, ano em que apresentou um índice de 0,470, houve uma melhora em 2013 no Índice de Gini de Pernambuco.

1.3.7 Segurança Pública

Em 2003 foi criado o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, que atribuiu à Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, o papel de coordenadora das políticas nacionais de segurança pública. A partir de então, a SENASP iniciou em 2004 a construção do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESP JC, que tinha por objetivo reunir uma série de informações sobre criminalidade e segurança pública.

Em 2012, por meio da Lei Federal 12.481, de 04/07/12, foi instituído o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Tal sistema tem por finalidade armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública, sistema prisional e execução penal e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

Integram o SINESP os Poderes Executivos da União, dos *Estados* e do Distrito Federal. O integrante que deixar de fornecer ou atualizar seus dados e informações no SINESP não poderá receber recursos nem celebrar parcerias com a União para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública e do sistema prisional, na forma do regulamento, conforme o § 2º do artigo 3º da Lei 12.481/12. Os



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público poderão participar do SINESP mediante adesão, na forma estabelecida pelo Conselho Gestor.

A partir dos dados obtidos no SINESP foram elaborados o quadro e os gráficos a seguir demonstrando a evolução do número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI em Pernambuco no período de 2011 a 2014, e nas demais unidades da Federação no ano de 2014. A categoria ‘Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI’ agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte.

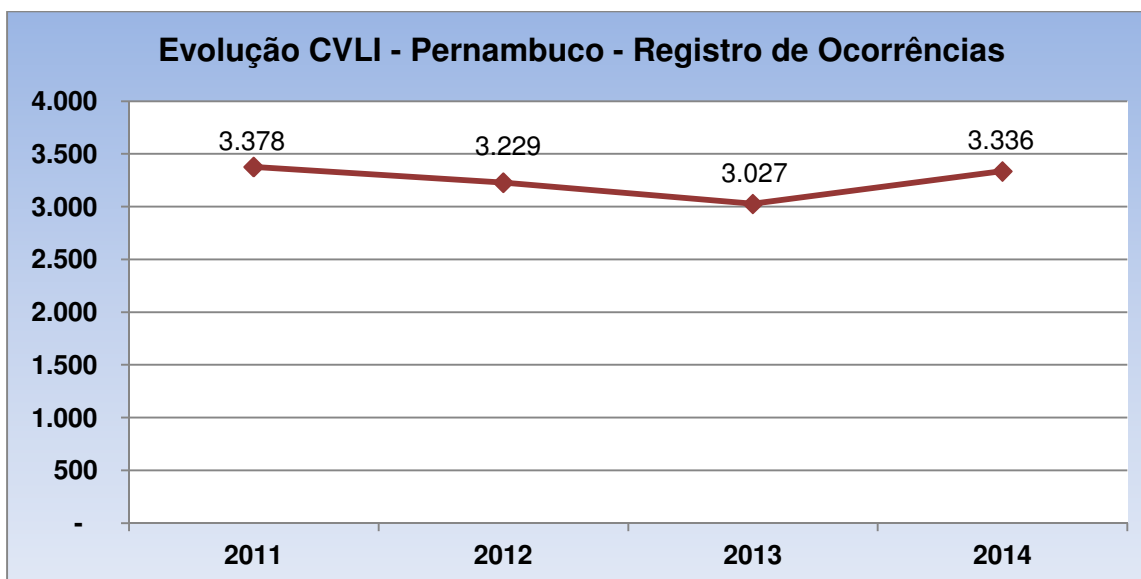
Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) - 2014		
Unidade da Federação	Registro de Ocorrências	Taxa por 100 mil hab
Bahia	5.761	38,30
Rio de Janeiro	4.795	27,72
São Paulo	4.666	10,68
Ceará	4.275	48,70
Minas Gerais	4.089	19,86
Pará	3.431	42,97
Pernambuco	3.336	36,23
Rio Grande do Sul	2.398	21,48
Espírito Santo	1.555	40,50
Paraná	1.464	13,31
Mato Grosso	1.355	42,59
Paraíba	1.316	33,62
Alagoas	1.090	33,02
Sergipe	1.054	48,01
Amazonas	972	25,52
Rio Grande do Norte	772	22,88
Distrito Federal	730	28,78
Piauí	699	21,96
Santa Catarina	671	10,15
Rondônia	554	32,06
Mato Grosso do Sul	489	18,94
Tocantins	304	20,56
Acre	211	27,18
Amapá	128	17,42
Roraima	74	15,15

Fonte: SINESP

Nota: Não há informação a respeito dos crimes considerados no CVLI referente aos estados de Goiás e Maranhão. Não há informação a respeito dos crimes de lesões corporais seguidas de morte referente ao Estado de São Paulo. Esta nota é referente à pesquisa realizada no início de maio de 2015.

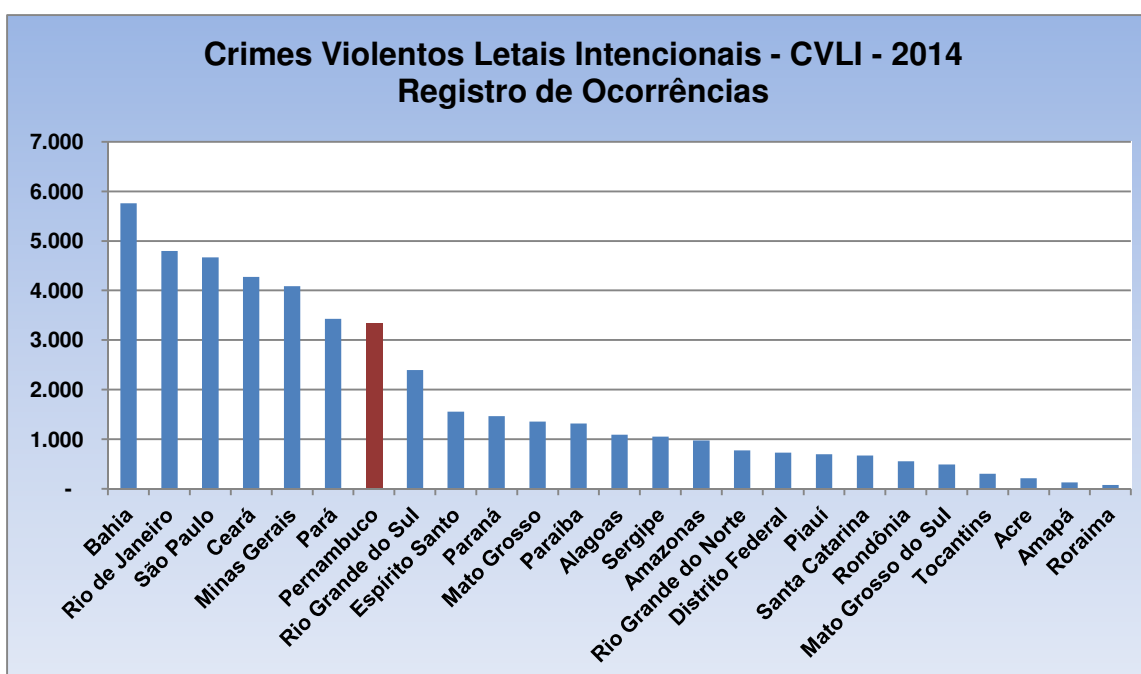


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: SINESP

Observa-se que no período compreendido entre 2011 a 2013 houve uma diminuição contínua de vítimas de CVLI, sequência interrompida em 2014, ano em que houve um incremento no número de vítimas em relação aos dois anos anteriores.



Fonte: SINESP

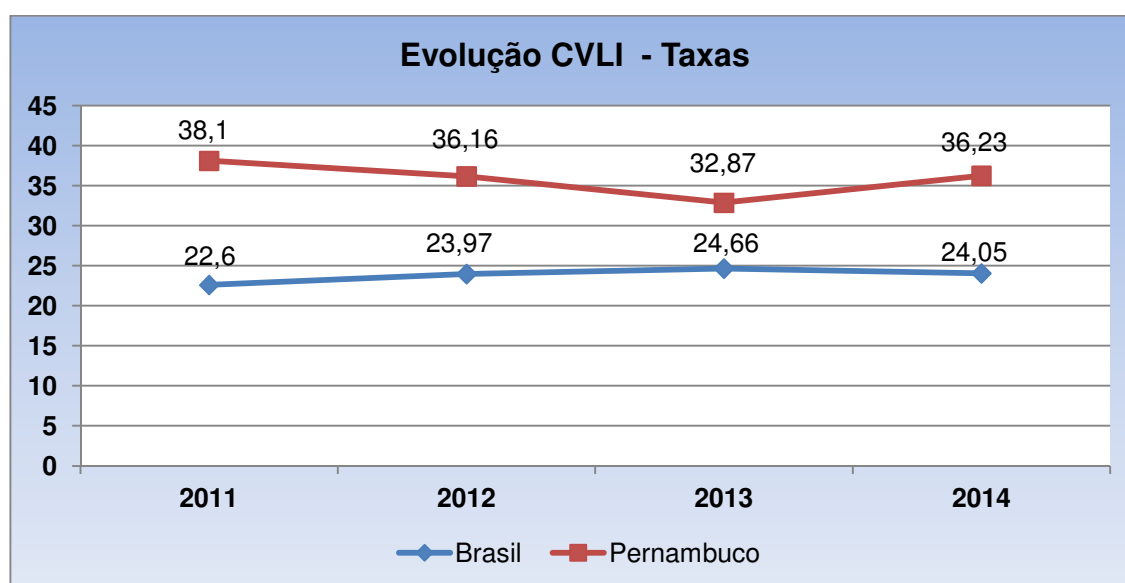
Nota: Não há informação a respeito dos crimes considerados no CVLI referente aos estados de Goiás e Maranhão. Não há informação a respeito dos crimes de lesões corporais seguidas de morte referente ao Estado de São Paulo. Esta nota é referente à pesquisa realizada no início de maio de 2015.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em 2014 Pernambuco ocupou a 7ª posição no ranking nacional entre as unidades da federação com maior número de vítimas de crimes violentos letais intencionais, 3.336, ficando atrás da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Minas Gerais e Pará.

Também a partir de dados existente no SINESP, foram elaborados os gráficos a seguir demonstrando a evolução da Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI em Pernambuco (de 2011 a 2014) e no Brasil (de 2011 a 2014), bem como um comparativo da taxa da CVLI entre as unidades da federação em 2014.



Fonte: SINESP.

Notas: A taxa é medida por 100 mil habitantes;

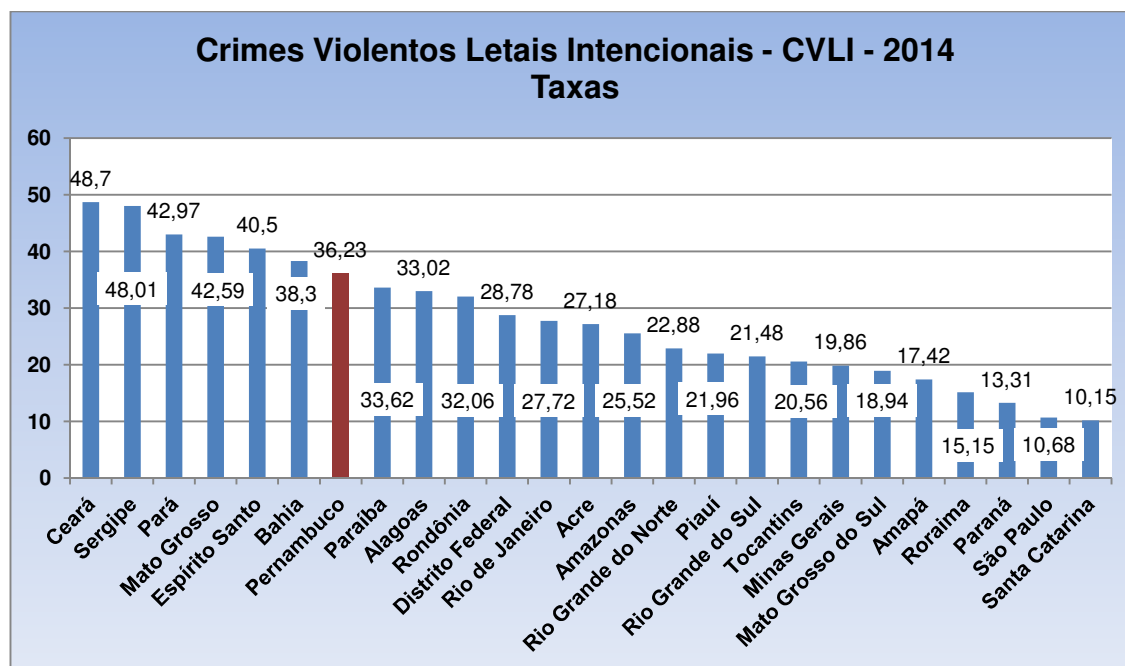
As taxas referentes ao Brasil é o somatório das taxas das unidades da federação;

Não há informação a respeito dos crimes considerados no CVLI referente aos estados de Goiás e Maranhão. Não há informação a respeito dos crimes de lesões corporais seguidas de morte referente ao Estado de São Paulo. Esta nota é referente à pesquisa realizada no início de maio de 2015.

Verifica-se que as taxa de CVLI em Pernambuco é superior à taxa medida para o Brasil em todo o período retratado. Em 2014 a taxa de CVLI em Pernambuco apresentou crescimento enquanto que a do Brasil manteve-se no mesmo patamar



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: SINESP.

Notas: A taxa é medida por 100 mil habitantes;

Não há informação a respeito dos crimes considerados no CVLI referente aos estados de Goiás e Maranhão. Não há informação a respeito dos crimes de lesões corporais seguidas de morte referente ao Estado de São Paulo. Esta nota é referente à pesquisa realizada no início de maio de 2015.

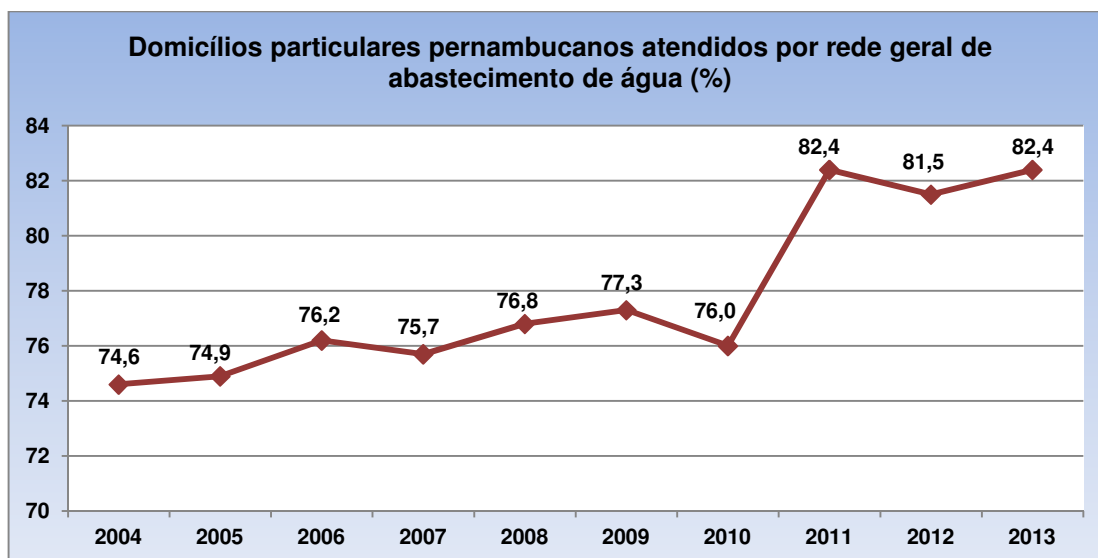
Quando comparadas as taxas de CVLI disponibilizadas no SINESP referentes às unidades da federação, verifica-se que em 2014 Pernambuco ocupou a 7ª posição no ranking, com 36,23 CVLI por 100 mil habitantes, ficando atrás dos estados do Ceará, Sergipe, Pará, Mato Grosso, Espírito Santo e Bahia.

1.3.8 Abastecimento de Água e Saneamento

Os gráficos a seguir retratam o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água bem como pela rede coletora de esgoto, no período de 2004 a 2013. Também será feita comparação entre o percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços no ano de 2013.

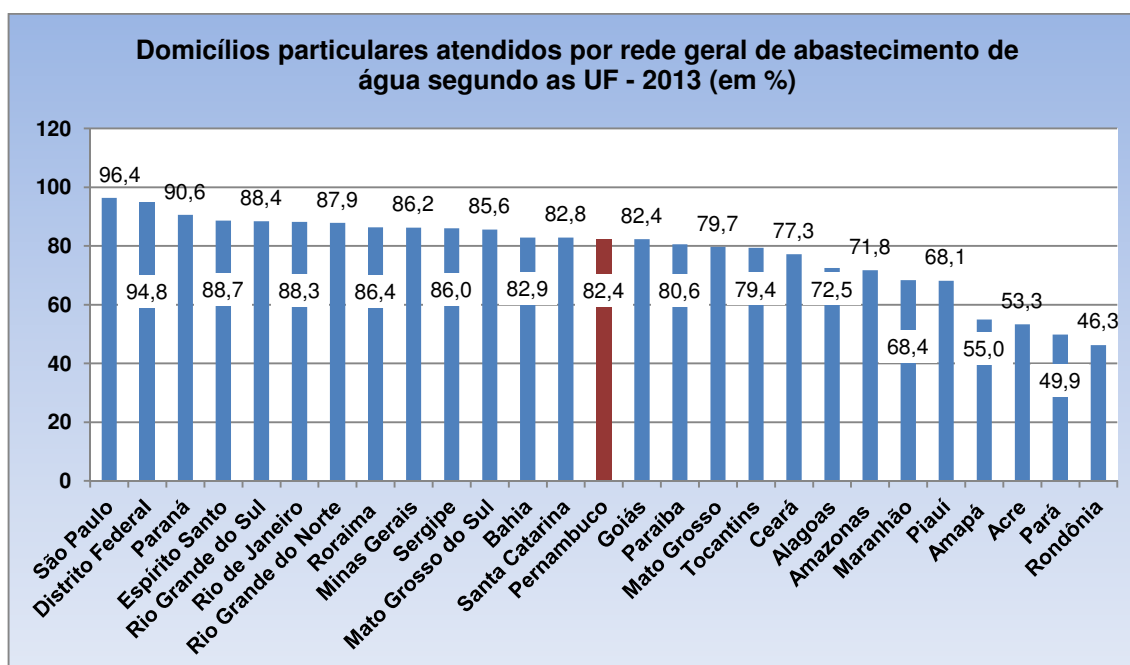


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: 2004 a 2009, 2011 e 2013 – IBGE/PNAD, Síntese de Indicadores Sociais.
2010 - IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral de abastecimento de água, passando de 74,6% em 2004 para 82,4% em 2013.



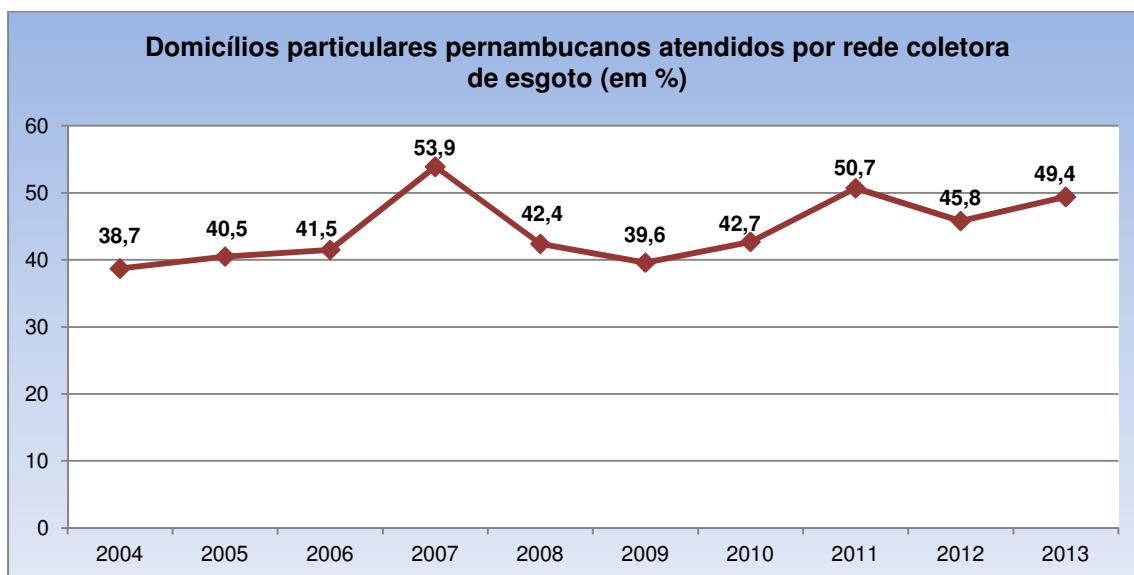
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

No ano de 2013 Pernambuco ocupou a 14ª posição no ranking nacional, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 96,4% dos domicílios particulares atendidos por rede geral de abastecimento de água e Rondônia o estado em pior situação,



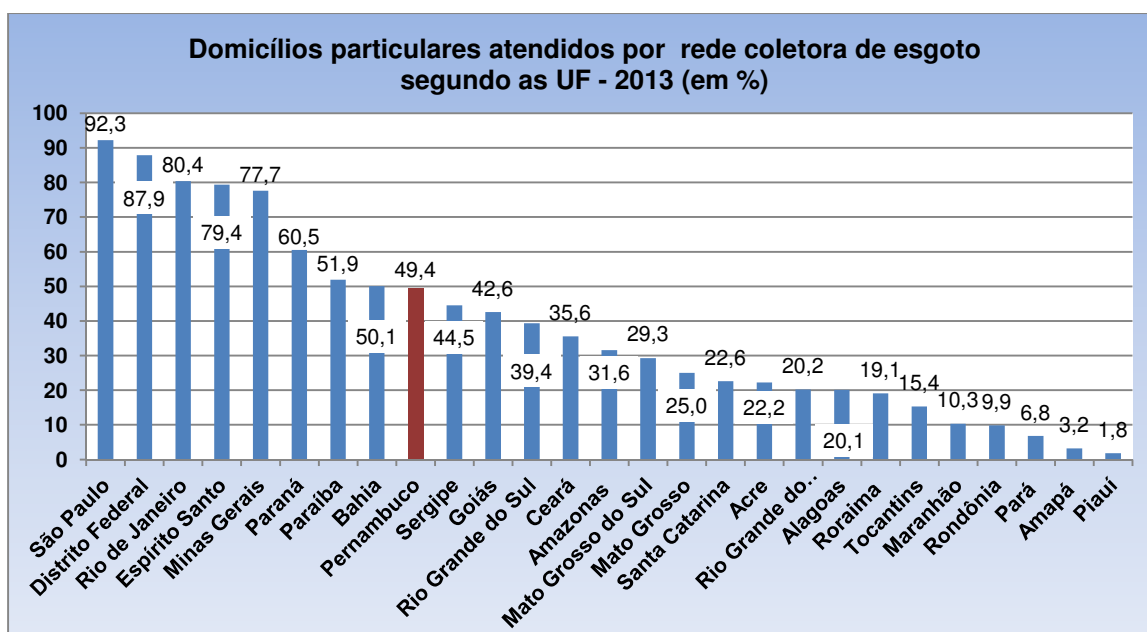
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

com apenas 46,3% dos domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco, 82,4%, foi inferior à média nacional, 85,0%.



Fonte: 2004 a 2009, 2011 e 2013 – IBGE/PNAD, Síntese de Indicadores Sociais.
2010 - IBGE, Censo Demográfico 2010.

Verifica-se que o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto é bem menor do que os atendidos por rede geral de abastecimento de água. Observa-se um aumento no percentual de domicílios do estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 38,7% em 2004 para 49,4% em 2013.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Em 2013 Pernambuco ocupou a 9^a posição no ranking nacional, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 92,3% dos domicílios particulares atendidos por rede coletora de esgoto, e Piauí o estado em pior situação, com apenas 1,8% dos domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco (49,4%) foi inferior à média nacional (52,2%), porém maior que do ao ano de 2012 (45,8%).

1.4 Considerações finais

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco no ano de 2014.

A taxa de crescimento do PIB pernambucano em 2014 (2,0%) foi inferior à aferida em 2013 (3,5%). Observa-se ainda que desde 2005, com exceção do ano de 2007, o crescimento da economia pernambucana tem sido superior ao crescimento da economia nacional. O principal setor da economia do estado é o de serviços. O setor industrial, por sua vez, vem aumentando sua participação na economia pernambucana.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. Seu déficit em 2014, da ordem de US\$ 6,36 bilhões, foi superior ao observado em 2013, que foi de aproximadamente US\$ 4,82 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA da RMR do ano de 2014 (6,32%) foi um pouco menor que o registrado no ano de 2013 (6,86%), ficando também abaixo do índice nacional (6,41%).

Com relação ao mercado de trabalho, o estado de Pernambuco apresentou uma perda de 13.793 empregos formais em 2014, a taxa de geração de empregos formais no estado vem caindo desde 2010, passando de 11,41% no referido ano para -1,01% em 2014. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco ocupou a 25^a posição no ranking nacional em 2014, piorando sua posição em relação a 2013, quando ocupou a 21^a posição.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD, foi de 8,2% em 2014. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a oitava pior posição no ranking nacional.

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, medido pelo IBGE por meio da PNAD para o estado de Pernambuco em 2013 foi de R\$ 1.125,00. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 23^a posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$ 1.651,00.

Com relação à desigualdade de renda, o Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi de 0,466 para Pernambuco em 2013, apresentando uma melhora quando comparado ao índice do ano de 2012, que foi de 0,470. No caso desse indicador, quanto maior o índice maior a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

desigualdade de renda. Em 2013, o índice Gini de Pernambuco foi inferior ao nacional (0,501).

No quesito segurança pública, observa-se que ao longo dos anos de 2011 a 2013 o número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI em Pernambuco apresentou queda, voltando a crescer no ano de 2014. A taxa de CVLI de Pernambuco é superior à taxa medida para o Brasil no período retratado.

Por fim, no tocante ao saneamento, observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral de abastecimento de água, passando de 74,7% em 2004 para 82,4% em 2013. Quanto ao percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto, ele é bem menor do que o dos atendidos por rede geral de abastecimento de água. Observa-se um aumento no percentual de domicílios do estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 38,7% em 2004 para 49,4% em 2013.